

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E O PAPEL DA ENFERMAGEM NA SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Maria Eduarda Santana¹
Sara Lopes Peixoto de Oliveira²
Thaísa Naiara da Silva Diniz de Almeida³

RESUMO: A violência contra a mulher pode produzir repercussões que interferem em diferentes aspectos relacionados à saúde, especialmente no âmbito da saúde sexual e reprodutiva. O presente trabalho analisou as repercussões da violência contra a mulher nesse contexto, bem como a atuação da enfermagem no cuidado às mulheres em situação de violência. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de caráter descritivo e abordagem qualitativa, realizada por meio de buscas nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e PubMed. Foram utilizados descritores relacionados à violência contra a mulher, saúde sexual e reprodutiva e enfermagem, combinados por operadores booleanos para identificação dos estudos. Após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados sete estudos para análise. Os achados evidenciaram associação entre a violência e diferentes repercussões relacionadas à saúde das mulheres, incluindo aspectos reprodutivos, gestacionais e emocionais. Os estudos analisados também apontaram a necessidade de reconhecimento dessas situações pelos serviços de saúde, considerando a importância de intervenções adequadas e acompanhamento contínuo. Além disso, foi identificada a participação da enfermagem em ações voltadas ao acolhimento, identificação precoce de sinais sugestivos e assistência às mulheres em situação de violência. Conclui-se que a atuação da enfermagem apresenta relevância na promoção do cuidado integral e no fortalecimento da assistência prestada às mulheres.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Saúde sexual e reprodutiva. Enfermagem. Infecções sexualmente transmissíveis. Notificação. Contracepção de emergência.

¹ Graduanda em Enfermagem, Universidade Iguaçu – UNIG, Nova Iguaçu, RJ, Brasil

² Graduanda em Enfermagem, Universidade Iguaçu – UNIG, Nova Iguaçu, RJ, Brasil

³ Graduanda em Enfermagem, Universidade Iguaçu – UNIG, Nova Iguaçu, RJ, Brasil

ABSTRACT: Violence against women may produce repercussions that interfere with different aspects related to health, especially in the field of sexual and reproductive health. The present study analyzed the repercussions of violence against women in this context, as well as the role of nursing in the care provided to women experiencing violence. This study is an integrative literature review with a descriptive character and qualitative approach, carried out through searches in the Scientific Electronic Library Online (SciELO), Latin American and Caribbean Health Sciences Literature (LILACS), and PubMed databases. Descriptors related to violence against women, sexual and reproductive health, and nursing were used and combined through Boolean operators for study identification. After applying the inclusion and exclusion criteria, seven studies were selected for analysis. The findings showed an association between violence and different repercussions on women's health, including reproductive, gestational, and emotional aspects. The analyzed studies also highlighted the need for recognition of these situations by health services, considering the importance of appropriate interventions and continuous follow-up. In addition, nursing participation was identified in actions related to welcoming care, early identification of suggestive signs, and assistance to women experiencing violence. It is concluded that nursing practice plays a relevant role in promoting comprehensive care and strengthening the assistance provided to women experiencing violence.

Keywords: Violence against women. Sexual and reproductive health. Nursing. Sexually transmitted infections. Notification. Emergency contraception.

1. INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher constitui uma grave violação de direitos humanos e representa um importante desafio para a saúde pública, ocasionando impactos físicos, psicológicos, sexuais e reprodutivos. Esse fenômeno está profundamente enraizado nas desigualdades de gênero e em normas sociais que sustentam relações de poder desiguais, afetando mulheres em diversos contextos sociais, econômicos e culturais. Evidências recentes indicam que a violência por parceiro íntimo apresenta elevada prevalência em nível global, atingindo uma parcela significativa da população feminina, além de estar associada a diversos agravos à saúde e à manutenção de iniquidades de gênero (OPAS, 2021; OMS, 2021; SARDINHA et al., 2022).

No Brasil, a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) prevê mecanismos de proteção e prevenção para mulheres em situação de violência doméstica e familiar, incluindo medidas protetivas, encaminhamentos para serviços de saúde e apoio psicossocial, reconhecendo a violência como fator determinante da saúde e da autonomia feminina (BRASIL, 2006). Complementando esse marco legal, o Ministério da Saúde estabelece protocolos de atenção humanizada às vítimas de violência sexual, com acolhimento, profilaxia de infecções

sexualmente transmissíveis e orientação sobre contracepção de emergência, visando reduzir danos imediatos e preservar a saúde sexual e reprodutiva (BRASIL, 2015).

O Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) destaca que o enfermeiro desempenha papel central na detecção precoce de sinais de violência, na escuta qualificada e na realização de intervenções adequadas, promovendo autonomia, suporte emocional e acesso a redes de proteção, reforçando a importância do cuidado humanizado e da redução de danos (COFEN, 2022). Além dos aspectos legais e assistenciais, a violência sexual compromete a autonomia da mulher sobre sua sexualidade e reprodução, aumentando a exposição a práticas sexuais de risco e a desfechos adversos, como infecções sexualmente transmissíveis e gravidez não planejada (BROWN et al., 2025; BAREZ et al., 2025). Ademais, os impactos psicológicos decorrentes, como depressão, ansiedade e transtorno de estresse pós-traumático, interferem diretamente na qualidade de vida e no acesso aos serviços de saúde, contribuindo para a manutenção de situações de vulnerabilidade social e sanitária (OPAS, 2021).

Diante desse cenário, formulou-se a seguinte questão norteadora: quais são os efeitos da violência contra a mulher na saúde sexual e reprodutiva das mulheres e como o enfermeiro pode atuar no acolhimento e promoção do cuidado humanizado às vítimas?

3

Diante desse contexto, o problema de pesquisa que orienta este estudo consiste em compreender quais são os efeitos da violência sexual na saúde sexual e reprodutiva das mulheres e como o enfermeiro pode atuar no acolhimento e promoção de cuidado humanizado a essas vítimas. Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho é analisar as repercussões da violência sexual na saúde sexual e reprodutiva das mulheres e examinar a atuação do enfermeiro na promoção de cuidado integral e prevenção de agravos, enquanto os objetivos específicos envolvem identificar os principais impactos da violência sexual na saúde física, psicológica e reprodutiva das mulheres, analisar as estratégias de acolhimento e orientação adotadas pelos enfermeiros, verificar a atuação desses profissionais na prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e na orientação sobre contracepção de emergência, bem como avaliar a importância do cuidado humanizado e da escuta qualificada na redução de danos e promoção da autonomia feminina.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Violência contra a mulher e seus impactos na saúde sexual e reprodutiva

A violência contra a mulher constitui uma das mais graves expressões da desigualdade de gênero presentes na sociedade contemporânea. Trata-se de um fenômeno complexo que envolve relações de poder historicamente construídas e que afeta mulheres de diferentes faixas etárias, níveis de escolaridade, condições econômicas e contextos culturais. Além de representar uma violação dos direitos humanos, a violência também é reconhecida como um importante problema de saúde pública, devido aos inúmeros agravos físicos, psicológicos e sociais que provoca. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 30% das mulheres em todo o mundo já sofreram violência física e/ou sexual praticada por parceiro íntimo em algum momento da vida (OMS, 2021). Esse cenário evidencia que a violência não se restringe a situações isoladas, mas configura um problema estrutural que compromete a saúde e a qualidade de vida de milhões de mulheres. Nesse sentido, Sardinha et al. (2022) destacam que a violência contra a mulher está intimamente relacionada às desigualdades de gênero e às normas sociais que legitimam relações de dominação masculina. No Brasil, a violência contra a mulher apresenta índices preocupantes e permanece como um desafio para os serviços de saúde, segurança pública e assistência social. A Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, representou um importante avanço na proteção das mulheres ao estabelecer mecanismos para prevenir, punir e erradicar a violência doméstica e familiar. Entretanto, mesmo diante dos avanços legais, a subnotificação dos casos ainda dificulta a real compreensão da magnitude do problema (BRASIL, 2006). Garcia e Silva (2016) afirmam que fatores como dependência financeira, medo do agressor, vergonha e ausência de apoio familiar contribuem para que muitas mulheres permaneçam em situação de violência sem procurar ajuda formal. Essa realidade favorece a perpetuação do ciclo de violência e aumenta os riscos para a saúde física e mental das vítimas. As consequências da violência vão muito além das lesões corporais. A exposição contínua a situações de agressão está associada ao desenvolvimento de transtornos emocionais importantes, como ansiedade, depressão, baixa autoestima, síndrome do pânico e transtorno de estresse pós-traumático. De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde, a violência pode produzir efeitos duradouros sobre o bem-estar psicológico das mulheres, interferindo diretamente em sua autonomia, relações sociais e capacidade de buscar apoio institucional (OPAS, 2021). No campo da saúde sexual e reprodutiva, os impactos tornam-se ainda mais evidentes. Mulheres vítimas de violência sexual frequentemente apresentam maior

vulnerabilidade às infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), incluindo HIV, sífilis, gonorreia e hepatites virais. Isso ocorre porque, em muitos casos, a violência envolve relações sexuais forçadas, sem proteção e acompanhadas de lesões genitais que aumentam o risco de transmissão de agentes infecciosos (BRASIL, 2022). Brown et al. (2025) identificaram que mulheres submetidas à violência por parceiro íntimo apresentam risco significativamente maior de desenvolver infecções sexualmente transmissíveis quando comparadas àquelas que não vivenciam situações de violência. Os autores destacam que a dificuldade em negociar o uso de preservativos e a vulnerabilidade social contribuem diretamente para esse cenário. Além das ISTs, a violência sexual também pode resultar em gravidez não planejada. Muitas mulheres vítimas de violência não possuem condições de exercer livremente seus direitos sexuais e reprodutivos, tornando-se mais suscetíveis à ocorrência de gestações indesejadas. Nesse contexto, Barez et al. (2025) observaram associação entre violência por parceiro íntimo e aumento da incidência de gravidez não planejada, abortamento espontâneo e outros desfechos reprodutivos desfavoráveis. Durante a gestação, a violência também pode comprometer a saúde materna e fetal. Guo et al. (2023) verificaram que mulheres expostas à violência durante a gravidez apresentam maior probabilidade de desenvolver complicações obstétricas, incluindo parto prematuro, restrição do crescimento fetal e nascimento de recém-nascidos com baixo peso. A Organização Mundial da Saúde reforça a gravidade desse cenário ao afirmar que “a violência contra as mulheres afeta negativamente sua saúde física, mental, sexual e reprodutiva” (OMS, 2021, p. 36). Essa constatação evidencia que os impactos da violência ultrapassam o momento da agressão, produzindo consequências que podem acometer a mulher por muitos anos. Dessa forma, compreender as repercussões da violência na saúde sexual e reprodutiva torna-se fundamental para o desenvolvimento de estratégias de prevenção, acolhimento e assistência integral. O enfrentamento desse problema exige atuação interdisciplinar e fortalecimento das políticas públicas voltadas à proteção dos direitos das mulheres e à promoção de sua saúde.

2.2 O papel da enfermagem no acolhimento e cuidado às mulheres em situação de violência

A assistência prestada às mulheres em situação de violência exige uma abordagem integral, capaz de contemplar não apenas os aspectos físicos decorrentes das agressões, mas também as dimensões emocionais, sociais e reprodutivas envolvidas nesse contexto. Nesse cenário, a enfermagem ocupa posição estratégica, uma vez que frequentemente representa o primeiro contato da vítima com os serviços de saúde. O enfermeiro possui competências

técnicas e legais que possibilitam identificar sinais de violência, acolher a mulher de forma humanizada, realizar intervenções imediatas e promover encaminhamentos adequados para outros serviços da rede de atenção (COFEN, 2020). O reconhecimento precoce dessas situações é fundamental para interromper ciclos de violência e reduzir danos à saúde. Segundo o Ministério da Saúde (2015), o atendimento às vítimas de violência sexual deve incluir acolhimento, avaliação clínica, registro adequado das informações, profilaxia para infecções sexualmente transmissíveis, prevenção da infecção pelo HIV, orientação sobre contracepção de emergência e encaminhamento para acompanhamento psicológico e social. Assim sendo a escuta qualificada assume papel essencial. Muitas mulheres chegam aos serviços de saúde fragilizadas emocionalmente e com receio de relatar as agressões sofridas. A postura acolhedora do profissional pode representar um fator decisivo para que a vítima se sinta segura para compartilhar sua experiência e aceitar o suporte oferecido. De acordo com o Conselho Federal de Enfermagem, a assistência à mulher em situação de violência deve estar fundamentada em princípios éticos, no respeito à dignidade humana e na promoção da autonomia da paciente (COFEN, 2022). Isso significa que o profissional deve evitar julgamentos, preservar o sigilo das informações e garantir que a mulher participe das decisões relacionadas ao seu cuidado. Além do acolhimento, a enfermagem desempenha papel importante na prevenção de agravos decorrentes da violência sexual. A administração de profilaxias para ISTs, a orientação sobre métodos contraceptivos de emergência e o monitoramento das condições clínicas da paciente constituem medidas fundamentais para reduzir riscos imediatos e futuros (SANTOS et al., 2022). Outro aspecto relevante refere-se à notificação compulsória dos casos de violência. Os profissionais de saúde têm responsabilidade legal de registrar as ocorrências identificadas, contribuindo para a produção de informações epidemiológicas que auxiliam na formulação de políticas públicas e estratégias de enfrentamento. A notificação, além de seu caráter legal, representa um importante instrumento de vigilância em saúde (DE LIMA et al., 2023). A atuação da enfermagem também envolve a articulação com a rede intersetorial de proteção à mulher. Muitas vezes, o atendimento exige encaminhamento para serviços de assistência social, apoio psicológico, delegacias especializadas, defensoria pública e centros de referência para mulheres em situação de violência. O trabalho integrado entre diferentes setores amplia as possibilidades de proteção e recuperação das vítimas (GOMES et al., 2017). Nesse sentido, o cuidado humanizado constitui um dos principais pilares da assistência de enfermagem. Humanizar significa reconhecer a mulher como sujeito de direitos, respeitando sua história,

seus valores e suas escolhas. Conforme estabelece a Política Nacional de Humanização, o cuidado deve ser construído por meio de relações pautadas no acolhimento, na escuta e no fortalecimento da autonomia dos usuários dos serviços de saúde (BRASIL, 2013). Assim, a enfermagem exerce papel fundamental no enfrentamento da violência contra a mulher, contribuindo para a identificação precoce dos casos, prevenção de agravos, promoção da saúde sexual e reprodutiva e fortalecimento da autonomia feminina. Mais do que executar procedimentos técnicos, o enfermeiro atua como agente de cuidado, proteção e defesa dos direitos das mulheres, tornando-se peça essencial na construção de uma assistência integral e humanizada

3. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura, de caráter descritivo e abordagem qualitativa, com o objetivo de analisar as repercussões da violência contra a mulher na saúde sexual e reprodutiva, bem como a atuação da enfermagem na prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), na orientação sobre contracepção de emergência e no cuidado humanizado às vítimas.

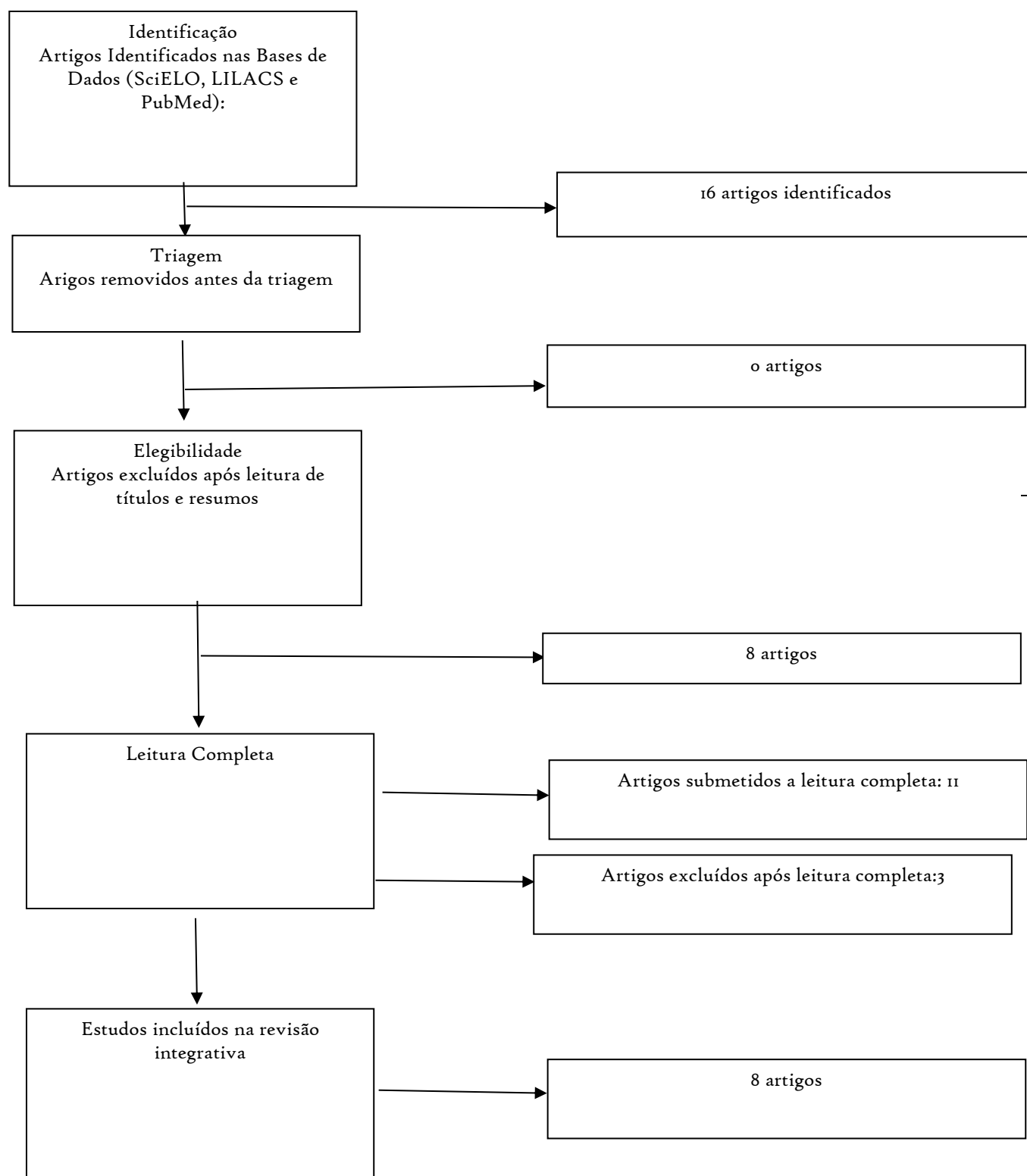
A revisão integrativa foi escolhida por possibilitar a síntese do conhecimento científico produzido sobre o tema, permitindo a análise crítica de estudos relevantes, identificação de lacunas e compreensão das práticas assistenciais no contexto da enfermagem.

A busca dos estudos foi realizada nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), PubMed e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), entre o período de março de 2025 e março de 2026, considerando publicações entre 2016 a 2025. Para a seleção dos artigos, foram utilizados os seguintes descritores em saúde (DeCS/MeSH): “violência contra a mulher”, “saúde sexual e reprodutiva”, “enfermagem”, “infecções sexualmente transmissíveis” e “contracepção de emergência”, combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR.

Após a seleção final, os dados foram organizados em quadro sinóptico contendo informações sobre título, autores, ano de publicação e principais resultados. Posteriormente, foi realizada análise crítica e interpretativa dos estudos, com agrupamento por categorias temáticas, possibilitando a construção da discussão à luz A seleção dos estudos seguiu as recomendações do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA). Inicialmente, foram identificados os estudos nas bases de dados selecionadas. Após a remoção

dos artigos duplicados, procedeu-se à leitura dos títulos e resumos, seguida da leitura na íntegra dos estudos potencialmente elegíveis. Ao final, foram incluídos os artigos que atenderam aos critérios de inclusão previamente estabelecidos. das evidências científicas.

Fluxograma



3.1 Critérios de Inclusão

Foram incluídos estudos que abordassem a violência contra a mulher e suas repercussões na saúde sexual e reprodutiva, com ênfase na atuação da enfermagem no atendimento às vítimas. Foram considerados artigos científicos disponíveis na íntegra, publicados nos idiomas português, inglês e espanhol, no período de 2016 a 2025. Também foram incluídos documentos institucionais, protocolos e diretrizes relevantes para a prática em saúde.

3.2 Critérios de Exclusão

Foram excluídos estudos duplicados, artigos incompletos, publicações que não abordassem diretamente o tema proposto e materiais sem respaldo científico, como conteúdos opinativos, resumos sem texto completo e fontes não confiáveis.

3.3 Estudos Selecionados para Revisão

AUTORES E ANO	TÍTULO	OBJETIVO DE ESTUDO	MÉTODO	RESULTADOS
BAREZ et al. 2025	Investigating the relationship between intimate partner violence, reproductive health and pregnancy outcome: a systemactic review.	Investigar a relação entre violência por parceiro íntimo, saúde reprodutiva e desfechos gestacionais.	Revisão sistemática.	A violência por parceiro íntimo esteve associada a prejuízos na saúde reprodutiva e a desfechos gestacionais adversos, como gravidez indesejada, aborto e complicações na gestação.
BROWN, M. J. et al., 2015	Intimate Partner Violence and Sexually Transmitted Infections Among South	Investigar a relação entre violência por parceiro íntimo e ISTs.	Estudo observacional com análise de base de dados.	Maior risco de ISTs (incluindo HIV) entre mulheres vítimas de violência.
GARCIA, L. P.; SILVA, G. D. M., 2016	Violência por parceiro íntimo: Perfil e fatores associados.	Analisar o perfil e fatores de risco da violência no Brasil.	Estudo quantitativo com análise de base de dados.	Identificação de fatores sociodemográficos e comportamentais; alta subnotificação.

GOMES, M. C. et al., 2017	Violência contra a mulher: compreendendo a atuação interdisciplinar.	Analisar a atuação interdisciplinar no atendimento à mulher em situação de violência.	Estudo qualitativo e descritivo.	Destacou a importância do trabalho integrado entre saúde, assistência social, segurança pública e justiça para garantir atendimento humanizado e proteção às mulheres vítimas de violência.
GUO et al., 2023	Intimate Partner Violence During Pregnancy: a systematic review	Analisar associação entre violência por parceiro íntimo e desfechos obstétricos adversos.	Revisão sistemática e metanálise.	A violência esteve associada a maior risco de parto prematuro e baixo peso ao nascer.
LIMA, A. B. et al., 2023	Atuação da enfermagem para notificação dos casos de violência contra mulher: revisão integrativa.	Analisar a atuação da enfermagem no processo de notificação dos casos de violência contra mulher.	Revisão integrativa da literatura.	Dificuldades na notificação dos casos e necessidade de capacitação dos profissionais.
SANTOS, A. R. et al., 2022	Atendimento de enfermagem às mulheres em situação de violência sexual: representação sociais de enfermeiros.	Compreender as representações sociais dos enfermeiros sobre o atendimento às mulheres em situação de violência sexual.	Estudo qualitativo baseado na Teoria das Representações Sociais.	Importância do atendimento humanizado e desafios enfrentados pelos enfermeiros no cuidado às vítimas.
SARDINHA, L. et al., 2022	Global, regional and national prevalence of intimate partner violence Against women.	Avaliar a prevalência global da violência por parceiro íntimo.	Estudo epidemiológico com análise de dados globais.	Alta prevalência mundial; desigualdade de gênero como fator determinante.

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 8 artigos que atenderam aos objetivos do estudo, abrangendo publicações entre 2016 a 2025. Esses estudos serviram de base para a análise crítica e interpretativa, sendo posteriormente organizados em quadro sinóptico contendo informações sobre título, autores, ano de publicação e principais resultados.

4. RESULTADOS

A análise dos estudos selecionados evidenciou que a violência contra a mulher está associada a importantes repercussões na saúde sexual e reprodutiva, produzindo impactos que se estendem às dimensões física, emocional e social da vida das vítimas. Os achados demonstraram que a violência por parceiro íntimo permanece como um problema frequente em diferentes contextos, estando relacionada a fatores sociais, econômicos e de gênero que contribuem para sua ocorrência e manutenção (GARCIA; SILVA, 2016; SARDINHA et al., 2022).

Entre os principais resultados identificados, destacaram-se os efeitos negativos sobre a saúde reprodutiva. Os estudos apontaram associação entre a vivência da violência e a ocorrência de gravidez não planejada, abortamento espontâneo e outras complicações reprodutivas, indicando que esse fenômeno interfere diretamente na autonomia e no bem-estar das mulheres (BAREZ et al., 2025). Da mesma forma, a violência durante o período gestacional mostrou-se relacionada a desfechos desfavoráveis, incluindo parto prematuro, baixo peso ao nascer e complicações na gestação, repercutindo na saúde materna e neonatal (GUO et al., 2023).

No âmbito da saúde sexual, observou-se maior vulnerabilidade às infecções sexualmente transmissíveis entre mulheres expostas à violência. Brown et al. (2025) identificaram associação entre a violência por parceiro íntimo e o aumento do risco de ISTs, incluindo a infecção pelo HIV, evidenciando consequências que ultrapassam os danos imediatos provocados pela agressão. Além disso, Garcia e Silva (2016) ressaltaram a presença de elevada subnotificação dos casos, fator que dificulta a identificação do problema e o acesso das vítimas às medidas de proteção e assistência.

Os estudos também evidenciaram repercussões significativas na saúde mental das mulheres. Sardinha et al. (2022) destacaram que a violência contra a mulher está inserida em contextos marcados por desigualdades de gênero, condição que favorece a persistência de

sofrimento psicológico, vulnerabilidades sociais e impactos negativos sobre a qualidade de vida das vítimas.

De modo geral, os artigos analisados demonstraram que os efeitos da violência ultrapassam o evento agressivo em si, repercutindo de forma ampla na saúde sexual, reprodutiva e emocional das mulheres. Os resultados também evidenciaram a necessidade de estratégias que favoreçam a identificação precoce dessas situações e ampliem o acesso das vítimas aos serviços de saúde e apoio, considerando a complexidade dos agravos associados à violência (GARCIA; SILVA, 2016; SARDINHA et al., 2022).

5. DISCUSSÃO

Os resultados desta revisão integrativa evidenciam que a violência contra a mulher representa um importante problema de saúde pública, produzindo repercussões significativas na saúde sexual, reprodutiva e mental das vítimas. Os estudos analisados convergem ao demonstrar que a violência por parceiro íntimo permanece frequente em diferentes contextos sociais, estando associada a desigualdades de gênero, vulnerabilidades sociais e limitações no acesso aos direitos e aos serviços de saúde. Esses achados corroboram os resultados apresentados por Sardinha et al. (2022) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021), que reconhecem a violência contra a mulher como um fenômeno de alcance global e multifatorial.

12

No que se refere à saúde sexual e reprodutiva, observou-se consenso entre os estudos quanto aos impactos negativos da violência sobre a autonomia feminina e o planejamento reprodutivo. Os achados de Barez et al. (2025) e Guo et al. (2023) demonstram que a exposição à violência está associada tanto à ocorrência de gravidez não planejada e abortamento espontâneo quanto a desfechos gestacionais desfavoráveis, como parto prematuro e baixo peso ao nascer. Em conjunto, esses resultados evidenciam que a violência repercute diretamente na saúde da mulher e do recém-nascido, reforçando a necessidade de intervenções precoces durante o acompanhamento em saúde.

Em relação à saúde sexual, os estudos também apresentaram convergência ao apontar maior vulnerabilidade às infecções sexualmente transmissíveis entre mulheres expostas à violência. Brown et al. (2025) destacam que as dificuldades relacionadas à negociação de práticas

sexuais seguras podem aumentar a exposição a ISTs e ao HIV. Esses resultados reforçam a importância do desenvolvimento de ações preventivas, educação em saúde e acompanhamento contínuo nos serviços de atenção à saúde da mulher.

Outro aspecto relevante identificado foi a repercussão da violência na saúde mental das vítimas. Os estudos analisados indicam que os impactos da violência ultrapassam os danos físicos imediatos, contribuindo para a persistência de sofrimento psicológico e vulnerabilidades sociais. Nesse sentido, Sardinha et al. (2022) destacam que a violência contra a mulher está frequentemente associada a contextos de desigualdade de gênero, condição que contribui para a manutenção de agravos emocionais e sociais e compromete a qualidade de vida das mulheres.

A elevada subnotificação observada nos estudos também merece destaque. Conforme apontado por Garcia e Silva (2016), muitas mulheres não denunciam as situações de violência em decorrência do medo, da dependência econômica, da vergonha ou da ausência de suporte social. Esse cenário dificulta a identificação precoce dos casos e limita o acesso das vítimas às medidas de proteção e assistência, evidenciando a necessidade de fortalecimento das estratégias de vigilância e acolhimento nos serviços de saúde.

13

As evidências encontradas também reforçam a importância da atuação da enfermagem no enfrentamento da violência contra a mulher. Considerando que o enfermeiro frequentemente constitui um dos primeiros profissionais a estabelecer contato com a vítima, sua atuação torna-se fundamental na identificação de sinais físicos e emocionais, na escuta qualificada, no acolhimento humanizado e na notificação dos casos. Nesse contexto, Lima et al. (2023) ressaltam a relevância da atuação da enfermagem na identificação e notificação das situações de violência, contribuindo para a efetivação da assistência e para o encaminhamento adequado das mulheres à rede de proteção.

Além disso, a enfermagem possui papel relevante na prevenção de agravos decorrentes da violência, por meio da orientação sobre planejamento reprodutivo, contracepção de emergência, profilaxia de ISTs, acompanhamento integral e articulação com a rede multiprofissional. As diretrizes do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN, 2022) e as normas técnicas do Ministério da Saúde (2015) reforçam que uma assistência humanizada, ética

e integral pode contribuir para a redução dos danos físicos, emocionais e sociais causados pela violência.

Dessa forma, os estudos analisados apresentam convergência ao demonstrar que a violência contra a mulher produz repercussões complexas e multidimensionais na saúde sexual, reprodutiva e mental das vítimas. Os achados também evidenciam que a qualificação dos profissionais de enfermagem e o fortalecimento das políticas públicas constituem estratégias essenciais para a identificação precoce dos casos, ampliação do acesso à rede de apoio e promoção da saúde das mulheres.

6. CONCLUSÃO

A violência contra a mulher permanece como um importante problema social e de saúde pública, produzindo impactos que ultrapassam os danos físicos imediatos e alcançam diferentes dimensões da vida das vítimas. A presente revisão integrativa permitiu compreender que as repercussões da violência afetam diretamente a saúde sexual e reprodutiva das mulheres, estando associadas ao aumento da vulnerabilidade às infecções sexualmente transmissíveis, à ocorrência de gravidez não planejada, a complicações gestacionais e a diversos prejuízos emocionais e psicológicos.

14

Os estudos analisados evidenciaram que a violência por parceiro íntimo continua sendo uma realidade presente em diferentes contextos sociais, sendo influenciada por fatores relacionados às desigualdades de gênero, à dependência econômica, à vulnerabilidade social e às dificuldades de acesso aos mecanismos de proteção. Além disso, observou-se que a subnotificação dos casos ainda representa um obstáculo significativo para o enfrentamento do problema, dificultando a implementação de ações mais efetivas de prevenção e assistência.

No que se refere à saúde sexual e reprodutiva, os resultados demonstraram que as consequências da violência podem se manifestar de forma imediata ou prolongada, comprometendo não apenas a saúde física das mulheres, mas também sua autonomia, autoestima e qualidade de vida. As evidências encontradas reforçam que os impactos da violência não se restringem ao momento da agressão, podendo gerar repercussões duradouras na saúde mental, nas relações interpessoais e no exercício dos direitos sexuais e reprodutivos.

Nesse contexto, destacou-se a relevância da atuação da enfermagem no acolhimento, na identificação precoce dos sinais de violência e na assistência integral às mulheres em situação

de vulnerabilidade. O enfermeiro ocupa posição estratégica nos serviços de saúde, atuando na escuta qualificada, na promoção do cuidado humanizado, na prevenção de agravos, na orientação sobre métodos contraceptivos de emergência e profilaxias para infecções sexualmente transmissíveis, além do encaminhamento para os demais serviços da rede de proteção.

Conclui-se que a assistência de enfermagem desempenha papel fundamental no enfrentamento da violência contra a mulher, contribuindo para a redução de danos, fortalecimento da autonomia feminina e promoção da saúde sexual e reprodutiva. Dessa forma, torna-se indispensável o investimento contínuo na capacitação dos profissionais de saúde, no fortalecimento das políticas públicas e na ampliação das estratégias de acolhimento e proteção às vítimas. Por fim, espera-se que este estudo possa contribuir para a ampliação das discussões sobre a temática e para o aprimoramento das práticas assistenciais voltadas às mulheres em situação de violência, favorecendo uma assistência cada vez mais ética, humanizada e comprometida com a garantia dos direitos das mulheres.

REFERÊNCIAS

BAREZ, M. A.; GOUDARZI, F.; SHARIFI, N. et al. Investigating the relationship between intimate partner violence, reproductive health and pregnancy outcome: a systematic review. *Reproductive Health*, v. 22, n. 1, p. 255, 2025. DOI: 10.1186/s12978-025-02208-6. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12978-025-02208-6>. Acesso em: maio de 2026.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: mai. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção humanizada às pessoas em situação de violência sexual com registro de informações e coleta de vestígios. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_humanizada_pessoas_violencia_sexual_nor_ma_tecnica.pdf. Acesso em: mai. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pnh_folheto.pdf. Acesso em: mai. 2026.

BROWN, M. J.; GEESAMAN, J.; OSINUBI, M. O. et al. Intimate partner violence and sexually transmitted infections among South African women: an assessment of age disparities. *Sexually Transmitted Diseases*, v. 52, n. 12, p. 757-761, 2025. DOI: 10.1097/OLQ.0000000000002212. Disponível em: <https://doi.org/10.1097/OLQ.0000000000002212>. Acesso em: mai. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). Resolução COFEN nº 648/2020. Regulamenta a atuação do Enfermeiro no atendimento às vítimas de violência sexual e demais violências interpessoais. Brasília, DF: COFEN, 2020. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-648-2020/>. Acesso em: mai. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). Resolução COFEN nº 700, de 24 de junho de 2022. Altera a Resolução Cofen nº 556, de 23 de agosto de 2017, e dá outras providências. Brasília: COFEN, 2022. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-700-2022/>. Acesso em: mai. 2026.

GARCIA, L. P.; SILVA, G. D. M. Violência por parceiro íntimo: perfil e fatores associados. Epidemiologia e Serviços de Saúde, Brasília, v. 25, n. 2, p. 233-242, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/WgZw9hx8DNkMS749sR4zcQw/?lang=pt>. Acesso em: mai. 2026.

GOMES, Maria Cíntia; OLINDA DE SOUZA CARVALHO E LIRA, Margaret; ARAÚJO VIEIRA, Michelle Christini; SARMENTO, Sued Sheila; DE LIMA FLORENTINO, Israel. Violência contra a mulher: compreendendo a atuação interdisciplinar. Revista de Enfermagem UFPE on line, Recife, v. 11, n. 12, p. 5245–5251, 2017. DOI: 10.5205/1981-8963-v11i12a22782p5245-5251-2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/22782>. Acesso em: 3 jun. 2026.

GUO, C.; WAN, M.; WANG, Y. et al. Associations between intimate partner violence and adverse birth outcomes during pregnancy: a systematic review and meta-analysis. Frontiers in Medicine, v. 10, art. 1140787, 2023. DOI: 10.3389/fmed.2023.1140787. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fmed.2023.1140787>. Acesso em: mai. 2026.

LIMA, A. B. et al. Atuação da enfermagem para notificação dos casos de violência contra a mulher: revisão integrativa. Divers@! Revista Eletrônica Interdisciplinar, Matinhos, v. 16, n. 2, 2023. DOI: 10.5380/diver.v16i2.92697. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/diver/article/view/92697>. Acesso em: 3 jun. 2026.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Violence against women prevalence estimates 2018. Geneva: WHO, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240022256>. Acesso em: mai. 2026.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Violência contra as mulheres. Washington, DC: OPAS, 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women>. Acesso em: mai. 2026.

SANTOS, D. G. et al. Atendimento de enfermagem às mulheres em situação de violência sexual: representações sociais de enfermeiros. Cogitare Enfermagem, Curitiba, v. 27, e79138, 2022. DOI: 10.5380/ce.v27i0.79138. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/79138>. Acesso em: mai. 2026.

SARDINHA, L. et al. Global, regional and national prevalence of intimate partner violence against women. The Lancet, v. 399, p. 803-813, 2022. Disponível em: <https://cdn.who.int/media/docs/default-source/mca-documents/global-estimated-prevalence-of-physical-and-or-sexual-intimate-partner-violence.pdf>. Acesso em: mai. 2026.